

## ADECOAGRO COMMODITIES LTDA.

CNPJ/MF nº 18.268.654/0001-66

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 - (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado			
Ativo	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>3.606.632</b>	<b>100</b>	<b>Circulante</b>		<b>3.171.335</b>	<b>100</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	522.263	100	Fornecedores		3.116.434	
Contas a receber de clientes	6	67.763		Partes relacionadas	13	5.058	
Estoques	7	2.877.499		Tributos a recolher	11	49.843	
Tributos a recuperar	8	103.107		Total do passivo		3.171.335	
Adiantamento a fornecedores		36.000		Patrimônio líquido		268.831.110	263.192.283
Não circulante		<b>268.395.813</b>	<b>263.192.183</b>	Capital social	14	274.587.250	272.738.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	17.338		Adiantamento para futuro aumento de capital		42.130	
Investimento em controlada	9.2	267.123.094	263.192.183	Prejuízos acumulados		(5.756.140)	(9.588.654)
Adiantamento a fornecedores		138.000		Total do passivo e do patrimônio líquido		272.002.445	263.192.283
Imobilizado	10	1.117.381					
Total do ativo		<b>272.002.445</b>	<b>263.192.283</b>				
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>				<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>			
		<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>		<b>2017</b>	<b>2016</b>
						3.832.514	477.598
<b>Em 1º de janeiro de 2016</b>		272.738.807	(10.066.252)	262.672.555			
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	42.130	477.598	42.130			
Lucro líquido do exercício			(9.588.654)	263.192.283			
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		272.738.807	(42.130)	263.192.283			
Aumento de capital	14	1.848.443		1.848.443			
Lucro líquido do exercício			3.832.514	267.030.797			
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>274.587.250</b>	<b>(5.756.140)</b>	<b>268.831.110</b>			
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais</b>				<b>1. Informações gerais: 1.1 Atividades operacionais:</b>			
				A Adecoagro Commodities Ltda. ("Empresa") está sediada na cidade de Monte Belo - MG, e tem como atividade preponderante a comercialização, beneficiamento, importação e exportação de produtos, de subprodutos e de resíduos resultantes das atividades agrícolas, pecuárias, agroindustriais e pastorais, ou necessários a seu desenvolvimento. Em 2017, a Empresa iniciou a operação de arroz, realizando o beneficiamento e comercialização do produto. A planta industrial tem capacidade de produção e armazenamento instalada para 1.200 toneladas de arroz. <b>1.2 Grupo Adecoagro:</b> O Grupo Adecoagro (o "Grupo") é um dos principais produtores de alimentos e energia renovável da América do Sul. Está presente na Argentina, Brasil e Uruguai com atividades relacionadas à produção de grãos, arroz, oleaginosas, laticínios, açúcar, etanol, em terras próprias e de parceria, além da cogeração de energia elétrica. No Brasil, suas operações compreendem a produção de etanol, açúcar, energia elétrica, soja e milho nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins e Bahia e está representado pelas seguintes empresas: Adecoagro Brasil Participações S.A. (Controladora do Grupo), Adeco Agropecuária Brasil Ltda., Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. (Holding operacional), Usina Monte Alegre Ltda., Adecoagro Commodities Ltda., Adecoagro Energia Ltda. Essas empresas compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais, cujos valores são objeto de rateio. O Grupo é controlado por companhia de capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a Adecoagro S.A. <b>2. Resumo das principais práticas contábeis:</b> As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. <b>2.1 Base de Apresentação:</b> As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações financeiras individuais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação de suas políticas contábeis. As presentes demonstrações financeiras referem-se a uma entidade individual. Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, está sendo apresentado em 28 de março de 2018, considerando que as demonstrações financeiras consolidadas refletem a posição financeira e patrimonial do Grupo Adecoagro. O Grupo Adecoagro apresenta demonstrações financeiras consolidadas das seguintes entidades: Adecoagro Brasil Participações S.A. (Controladora do Grupo no Brasil); Adeco Agropecuária Brasil Ltda.; Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. (Holding operacional); Usina Monte Alegre Ltda.; Adecoagro Commodities Ltda. <b>2.2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais:</b> As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela administração da Empresa em 28 de março de 2018. <b>2.3 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Empresa e, também a sua moeda de apresentação. <b>(b) Transações e saldos:</b> As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. <b>2.4 Fornecedores:</b> As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulante e não circulante:</b> Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. <b>2.6 Ativos financeiros: 2.6.1 Classificação:</b> A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. <b>(a) Empréstimos e recebíveis:</b> Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante) (Nota 5.1). <b>2.6.2 Reconhecimento e mensuração:</b> Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". <b>2.6.3 Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado:</b> A Empresa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ( <i>impairment</i> ). Os prejuízos de <i>impairment</i> são reconhecidos somente se há evidência objetiva de <i>impairment</i> como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por <i>impairment</i> , resumem-se na identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato e inadimplência. Se, num período subsequente, o valor da perda por <i>impairment</i> diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o <i>impairment</i> ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por <i>impairment</i> reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Empresa não identificou evidência de <i>impairment</i> para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. <b>2.7 Impairment de ativos não financeiros:</b> Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do <i>impairment</i> , os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). <b>2.8 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: CPC 47 - Receita de contratos com clientes:</b> a norma traz os princípios para determinar a mensuração e reconhecimento da receita. Baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o CPC 17 - "Contratos de construção", CPC 30 - "Receitas", CPC 48 - "Instrumentos financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de <i>impairment</i> para ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Companhia e suas controladas desenvolveram estudos sobre seus portfólios de instrumentos financeiros (CPC 47) e em seus contratos com clientes (CPC 48) baseados nas suas características. Estas avaliações foram realizadas a partir de dados conhecidos atualmente e podem sofrer alteração com o surgimento de novos dados ao longo da adoção em 2018. A Administração avaliou que não são esperados nenhum impacto significativo para essas normas. <b>CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:</b> nesta revisão da norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma para determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente			

Lucro líquido do exercício 3.832.514 477.598  
Outros componentes do resultado abrangente  
Total do resultado abrangente do exercício 3.832.514 477.598

mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Em relação ao impacto da revisão da norma CPC 06 (R2), que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2019, a Administração ainda não avaliou o potencial impacto que poderá ter sobre a posição financeira e os resultados de operações da Companhia. **3. Estimativas e premissas contábeis críticas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **3.1 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos:** A Empresa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. Os tributos diferidos são reconhecidos contabilmente sobre as diferenças temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constituídos é avaliada com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **3.2 Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Empresa é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Caixa e bancos 522.263 100  
**5. Instrumentos financeiros por categoria:** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **5.1 Ativo, conforme o balanço patrimonial:**

**Em 31 de dezembro de 2017**  
Caixa e equivalentes de caixa 522.263  
Contas a receber de clientes 67.763  
590.026

**Em 31 de dezembro de 2016**  
Caixa e equivalentes de caixa 100

**5.2 Passivo, conforme o balanço patrimonial:**  
**Em 31 de dezembro de 2017**  
Fornecedores 3.116.434  
Partes relacionadas 5.058  
3.121.492

**6. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa.  
**2017**  
Clientes nacionais 67.763

**7. Estoques:** Os estoques de produtos agrícolas (*commodities*) são mensurados pelo valor realizável líquido, considerando o preço de venda desses produtos na data das demonstrações financeiras, líquido dos esforços necessários para a sua realização, no caso de existir compromissos futuros com preço fixado, os estoques comprometidos são mensurados até o limite do preço do contrato. Os demais itens em estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, que é inferior ao valor líquido de realização.  
**2017**  
Produto acabado - arroz 249.155  
Materiais auxiliares, de manutenção e outros 2.628.344  
2.877.499

**8. Tributos a recuperar:**  
Programa de Integração Social - PIS 18.392  
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS 84.715  
103.107

**9. Investimento em controlada: 9.1 Informações sobre a controlada:**

	Quotas	Participação societária	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Adeco Agropecuária Brasil Ltda.	171.421.723	99,9999999%	94.097.837	3.874.598
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>				
Adeco Agropecuária Brasil Ltda.	171.323.280	99,9999999%	90.191.785	477.598

**9.2 Movimentação do investimento:** O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Empresa.

**Em 1º de janeiro de 2017**  
Equivalência patrimonial 263.192.183  
Reembolso de ações de subsidiárias 3.874.598  
56.313  
**Em 31 de dezembro de 2017**  
267.123.094

**Adeco Agropecuária Brasil Ltda.**  
**Em 1º de janeiro de 2016**  
Equivalência patrimonial 262.672.455  
Reembolso de ações de subsidiárias 477.598  
42.130  
**Em 31 de dezembro de 2016**  
263.192.183

**10. Imobilizado:** Beneficiárias, máquinas, equipamentos e instalações industriais, veículos e outros, são demonstrados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com as taxas médias divulgadas abaixo, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. A depreciação é reconhecida na demonstração do resultado como custo das vendas, despesas com vendas e administrativas. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados baseados na utilização econômica do bem. A alteração da estimativa de vida útil ou do valor residual do ativo imobilizado é reconhecida prospectivamente como mudança de estimativa contábil. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Imobilizado total
<b>Em 31/12/2016</b>					
Adições		1.061.792	59.550	1.121.342	
Baixas					
Transferências	44.834	1.016.958	(1.061.792)		
Depreciação	(125)	(3.836)		(3.961)	
<b>Em 31/12/2017</b>	44.709	1.013.122		59.550	1.117.381
Custo Total	44.834	1.016.958		59.550	1.121.342
Depreciação acumulada	(125)	(3.836)		(3.961)	
Valor residual	44.709	1.013.122		59.550	1.117.381
Taxa anual de depreciação - %	3	5			

Em novembro de 2017, a Empresa iniciou o projeto de beneficiamento de arroz, que foi contabilizado em obras em andamento. Após o início das atividades o valor foi transferido para o imobilizado técnico como máquinas e equipamentos.

**II Tributos a recolher:**  
Imposto sobre Serviços - ISS 1.050  
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS 48.793  
49.843

**12. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

	Nota	2017	2016
Receitas	15	59.519	
Custos das vendas	16	(60.907)	
<b>Prejuízo bruto</b>		<b>(1.388)</b>	
Despesas com vendas	17	(823)	
Despesas administrativas	17	(44.225)	
Participação nos lucros de controladas	9.2	3.874.598	477.598
<b>Lucro operacional</b>		<b>3.828.162</b>	<b>477.598</b>
Despesas financeiras	18	(12.986)	
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(12.986)</b>	
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>3.815.176</b>	<b>477.598</b>
Imposto de renda e contribuição social		17.338	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>3.832.514</b>	<b>477.598</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	2017	2016	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	3.815.176	477.598	
Ajustes			
Depreciação e amortização	3.961		
Resultado de participações societárias	(3.874.598)	(477.598)	
	(55.461)		
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	(67.763)		
Estoques	(2.877.499)		
Tributos a recuperar	(103.107)		
Outros ativos	(174.000)		
Fornecedores	3.116.434		
Partes relacionadas	5.058		
Tributos a recolher	49.843		
	(106.495)		

	2017	2016
<b>Fluxos de caixa aplicados nas operações</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.121.342)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.121.342)</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização de capital	1.750.000	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>1.750.000</b>	
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>522.163</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>522.263</b>	<b>100</b>

**Ativo de impostos diferidos sobre:**  
Prejuízos fiscais de imposto de renda 11.790  
Base de cálculo negativa de contribuição social 4.245  
Diferenças temporárias 1.303  
17.338

**Ativo de tributo diferido, líquido**  
17.338

**12.1 Período estimado de realização dos créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa da administração, consoante projeções de resultados tributáveis futuros, é que os créditos tributários diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal de imposto de renda e sobre a base de cálculo negativa de contribuição social sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018	9%		17.338
2019			
2020			
2020 a 2022			17.338

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Empresa e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Empresa. **12.2 Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:**

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.815.176	3.815.176
Alíquota máxima	25%	34%
	(953.794)	(1.297.160)
Adições permanentes	(2.107)	(758)
Equivalência patrimonial	968.649	348.714
Tributos no resultado	12.748	4.590

**13. Partes relacionadas: 13.1 Saldos e operações:**

	Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	Usina Monte Alegre Ltda.	Pilagá S.A.	Total
<b>13.1.1 Principais saldos</b>				
Passivo circulante				
Partes relacionadas - fornecedores		338.088	2.214.274	2.552.362
Partes relacionadas - contas a pagar (i)	5.058			5.058

**13.1.2 Principais operações**  
Reembolso de despesas corporativas (i) (5.058) (5.058)  
Compra de matéria-prima 2.214.274 2.214.274  
Compra de imobilizado 338.088 338.088  
Despesa com aluguel 7.000 7.000

(i) As despesas corporativas referem-se à alocação de gastos corporativo-administrativos, inclusive remuneração da administração, apurados por meio de rateios e repassados pela Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. (Nota 1.2), que centralizam os gastos com a gestão do Grupo.

**14. Patrimônio líquido:** O capital social é dividido em quotas, com valor nominal de R\$ 1,00, assim distribuídas:<